

"Para refletir acerca do racismo, em suas origens e desdobramentos, a Profª Márcia Barros busca reflexões que estão para além de ideologias muitas vezes pregadas de maneira irresponsável. Fala de ciência, história, indiciarismo e subjetividade. Concilia diversos sinais em um argumento bastante plausível. Vale a pena conferir."

Matusalém Florindo

As identidades na sociedade contemporânea:

Reflexões indiciárias sobre o racismo brasileiro

Márcia Barros Ferreira Rodrigues¹

"Na compreensão alienada e alienante da tolerância, como favor do tolerante ao tolerado, se acha escondida no tolerante a desconfiança, quando não a certeza, de sua superioridade de classe, de raça, de gênero e de saber, em face do tolerado".

Paulo Freire

Refletir sobre as referências identitárias remete imediatamente ao conflito étnico e a questão das diferenças que o tema da diversidade cultural impõe. Assim, embora a marca do humano, ou melhor, da cultura humana, seja exatamente a diferença dos gêneros, dos sexos, das religiões, das etnias, das identidades e dos direitos, paradoxalmente temos que lutar politicamente para que essas diferenças sejam respeitadas no cotidiano e incluídas no debate político e acadêmico.

Os discursos das grandes civilizações historicamente têm se pautado pela postura etnocêntrica, ou seja, nós e os outros. Em nome de uma "civilização" e de uma

¹ Socióloga, Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e Coordenadora Geral do NEI - Núcleo de Estudos Indiciários.

“cultura superior,” o outro, ou seja, aquele que é diferente tem sido qualificado e tratado como bárbaro, fraco, inferior, incapaz, impotente, desprezível etc. Foi precisamente para compreender e explicar esse paradoxo da cultura humana que no século XIX, por ocasião da globalização moderna decorrente do processo de colonização europeu iniciado por volta do século XV, que surgiu a Antropologia, ciência social cujo objeto de estudo é exatamente a cultura humana e o seu inseparável, porque intrínseco a ela, *etnocentrismo*. No percurso histórico do seu desenvolvimento enquanto ciência ao longo do século XIX, a antropologia tomou como objeto de estudo a relação de conhecimento entre o “Eu” e o “Outro”, calcada no princípio do respeito à *alteridade*, e *construiu* uma distinção em relação às outras ciências sociais, qual seja, um *olhar* fundado na perspectiva teórica do relativismo e na metodologia do trabalho de campo no estudo da cultura.

Partindo desse fato, um dos propósitos desse artigo é discutir os limites da possibilidade de controle do etnocentrismo calcado na perspectiva da alteridade e do relativismo cultural. Para tal, tomamos como ponto de partida o encontro paradigmático da alteridade e do etnocentrismo com que precisa se defrontar o antropólogo contemporâneo. Precisamente, o que nos interessa discutir é a imagem idealizada do fazer antropológico, como se este fosse isento de ideologias políticas, contradições afetivas, conflitos sociais e dificuldades na interpretação. O ponto de destaque da nossa argumentação é questionar os efeitos da herança positivista que possibilitou a construção de um modelo de ciência. Nesse sentido, tomaremos o caso paradoxal da antropologia e da sua constituição enquanto um saber sobre a diversidade cultural. Importa discutir o paradoxo traduzido em respeito às especificidades alheias e em renúncia à intervenção, mesmo que na prática os “outros” não sejam portadores dessa diferença cultural paradigmática, e mesmo que o distanciamento em relação a si mesmo, necessário para reproduzi-la de alguma maneira, implique algumas vezes na perda total de qualquer projeto próprio e a confusão conceitual entre desinteresse científico e desinteresse ético-político.

A postura de neutralidade científica que leva à ausência de uma intervenção ética ou política, face aos conflitos advindos do contato com a diversidade cultural, produziu historicamente e pode contribuir ainda hoje para as tragédias humanas. Por isso, como parte da nossa argumentação, discutiremos a questão apontada acima, a partir da contraposição entre a tese da circularidade cultural (Bakhtin, 1970 e Ginzburg, 1987) e da tese da justaposição (Berlinck, 2002). O objetivo dessa discussão é redimensionar os limites do controle do etnocentrismo na perspectiva da alteridade e resgatar a dimensão subjetiva (emoção) da política (Cerqueira Filho, 1997 e Lechner, 2002), ou seja, buscar uma articulação entre a ordem política, identidade e cultura.

Tomando dados empíricos, a despeito das mobilizações e declarações mundiais contra todo tipo de discriminação, verificamos que atitudes racistas e intolerantes em relação à diversidade não mudaram muito². A população mundial compõe-se de 6,4 bilhões de pessoas das quais 2,4 não têm acesso aos serviços básicos de qualidade de vida. No Brasil são 50 milhões de pessoas, ou seja, 29%, vivendo abaixo da linha da indigência. O que esses dados podem revelar em relação à questão política da diversidade étnico-cultural e das identidades? Tudo. Essa população mundial excluída é composta majoritariamente por pobres de etnias diversas que sofrem vários tipos de discriminação e preconceitos de ordem econômica, política, social, cultural, de gênero etc. Portanto, isso remete diretamente à questão da cidadania, dos direitos e da necessidade de políticas públicas de gestão desses conflitos na sociedade contemporânea.

² Estamos nos referindo às discussões mundiais em torno do tema destacando a Conferência de Durban, ocorrida em 2001 aliás, ano internacional de mobilização contra todas as formas de racismo e discriminação. Esta conferência se realizou na África do Sul reunindo intelectuais de diferentes países com o objetivo comum de combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e a intolerância correlata. Em consonância com as resoluções internacionais sobre os direitos humanos e em particular à Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 1993. A comunidade internacional se reuniu em Durban, e inspirados na luta do povo da África do Sul contra o Apartheid, elaborou um documento, ou seja, uma declaração expressando o sentimento de todos os participantes contra todo o tipo de discriminação e racismo. O documento também declara uma série de medidas e ações de cunho político com o objetivo de mobilizar e conscientizar a

No mundo atual, as saídas históricas para estes conflitos foram perspectivas e políticas segregacionistas (África - apartheid), assimilacionistas (Brasil) e multiculturalistas (Canadá, Austrália e Suécia). Historicamente, das expansões imperiais à era colonial, o desenho até meados do século XX era o modelo das culturas hegemônicas *versus* culturas não hegemônicas, que levaram a dois modelos: a segregação e a assimilação. Após a 2ª guerra mundial, a afirmação dos processos de descolonização e principalmente a queda do muro de Berlim, fizeram emergir novas nações, tornando o mapa-mundo ainda mais diverso e recortado. Surge então nos anos 90 do século XX, a perspectiva multiculturalista chamada de terceira via, na busca da autonomia e coexistência interativa das diferentes culturas na fase de expansão capitalista atual. Além dessas “saídas”, não podemos deixar de mencionar, no plano econômico, a revolução da informática e seus efeitos no mundo do trabalho, bem como a mundialização dos mercados, que se caracteriza pelo aumento da interdependência entre os países, a circulação de bens, força de trabalho e de capital. Desse modo é preciso destacar que esse processo vem acompanhado pela imposição de barreiras protecionistas pelos países do G8, tanto em relação ao comércio quanto à circulação de pessoas, sejam elas imigrantes ou asilados. Assim, a mundialização dos mercados, sob a égide do capital financeiro, ganha o nome ideológico de globalização, que na verdade significa dominação econômica, novas diásporas, dominação cultural e imposição de padrões de comportamento em um movimento de homogeneização proporcionado pelo avanço das telecomunicações e das mídias globais. A consequência real desse processo se reflete nos conflitos sangrentos e cruentos que marcam o cenário mundial, e pode ser resumida na máxima: os mercados se mundializam, as culturas não. Daí a eclosão dos conflitos étnicos e religiosos que estavam amortecidos ou mantidos sob controle principalmente na conjuntura pós 2ª guerra mundial.

população de todas as nacionalidades para a importância do reconhecimento das diferenças e dos direitos universais sem exceção.

Diante desse fato, verificamos que instâncias supranacionais como, por exemplo, a União Européia, Mercosul e Nafta se posicionam para fazer valer seus interesses econômicos e políticos, em franca contradição com as identidades sub-nacionais existentes nos países que essas instâncias englobam, como os catalães, os bascos, as comunidades indígenas, os judeus, os ciganos, os negros, os afrodescendentes etc. Dessa forma, o cruzamento de diferentes realidades étnico-culturais não se dilui ou desaparece com a suposta globalização econômico-cultural, ao contrário, potencializam os conflitos já existentes e geram outros, criando um clima de insegurança alicerçado na desconfiança mútua que proporciona intolerância, rompendo por vezes os frágeis laços sociais.

As migrações não são fenômenos recentes, pela própria característica nômade do homem, os movimentos migratórios sempre marcaram a história da civilização humana por motivos diversos, tais como: sobrevivência por escassez de alimentos, catástrofes naturais, conflitos religiosos, políticos e econômicos. No entanto, as migrações contemporâneas são marcadas por uma intensidade e volume extraordinários, já que com a mundialização dos mercados, as pessoas circulam tanto quanto as mercadorias. O Banco Mundial estima que cerca de 2 a 3 milhões de pessoas anualmente migram, a previsão para este século é que 130 milhões de pessoas vivam fora de seu país de origem. Os países mais procurados são EUA, Alemanha, Canadá e Austrália. Dentre estes, o Canadá, a Austrália e a Suécia assumiram oficialmente uma política de gestão multiculturalista.

Considerando esses dados, vemos que, às realidades nacionais em que os conflitos étnicos e culturais já existem estruturalmente, acrescentam-se os movimentos maciços de populações que se deslocam no planeta. Assim, o impacto das migrações acirra os conflitos étnico-culturais gerando diásporas modernas (Hall, 2005) que exigem inclusão e discussão na pauta da política mundial.

É importante destacar as conseqüências políticas drásticas da mundialização do capital, ligadas diretamente à construção das referências identitárias, a partir do conflito relacionado à diversidade étnico-racial. É preciso denunciar e refletir sobre a exclusão de grande contingente humano da participação democrática do direito de se expressar na própria língua, da educação, saúde, habitação, emprego e representação política.

Retomando a discussão inicial sobre a relação entre a ordem política, identidade e cultura, cabem algumas considerações sobre a perspectiva do multiculturalismo, ou terceira via, com suas políticas afirmativas de reconhecimento das diferenças.

O multiculturalismo, via de regra, é apresentado como saída política correta e adequada para esses problemas. Entretanto, percebemos alguns problemas de ordem político-ideológica nesse discurso.

Vejamos, multiculturalismo remete a duas questões de imediato, qual sejam, o fato de que a diversidade existe e de que é uma questão política. Assim, podemos abordar o conceito em termos de:

- 1- A abordagem demográfica (descritiva) - apresenta os vários segmentos étnicos;
- 2- A abordagem programática (política) - programas e iniciativas políticas para gerir a diversidade étnico-cultural;
- 3- A abordagem ideológica (normativa) - visa garantir o respeito mútuo baseado no princípio de que a riqueza do mundo reside no diálogo entre as diversidades.
- 4- A abordagem ideológica (crítica) - com a qual concordamos, aponta para o fato de que reconhecer as diferenças pela diferença, é extremamente perigoso por dois motivos: não permite a percepção histórica da origem da diferença e desloca a questão do conflito para o relativismo cultural.

Reconhecer que o conflito existe é importante para perceber suas origens históricas. A diferença não pode ser eliminada e muito menos o conflito inerente a ela. Entretanto, entender o outro como diferente não basta para aceitá-lo e conviver com este outro na diferença. Nesse sentido, o discurso da relativização cultural, via de regra, oculta o conflito e não permite a percepção crítica da diversidade. Assim, esse discurso politicamente correto, na verdade, pode encerrar um cinismo bem típico da ideologia pós-moderna, tão facilmente aceita na contemporaneidade líquida e fútil onde tudo parece ser exatamente aquilo que não é. Parecer o que não é: eis o fetiche fundamental inerente e imanente aos fatos cuja lógica cultural é virtualmente ideologizada e o poder da crítica fica encapsulado tendo dificuldades em desvendar, não o que está por trás, mas o que está ali, na cara, e não é visto porque parece ser efetivamente outra coisa.

Isto posto, abordaremos a discussão teórica da contraposição entre a tese da circularidade cultural e da justaposição para redimensionar os limites do controle do etnocentrismo na perspectiva da alteridade e resgatar a dimensão subjetiva da política na sua relação com a identidade e a cultura. Estamos convencidos de que qualquer proposta de intervenção deve ser de ordem político-ideológica e que a inclusão social passa necessariamente pela inclusão afetiva (Rodrigues, 2004), pela convivência democrática de respeito às diferenças culturais a partir do reconhecimento dos conflitos subjetivos ou inconscientes. Temos que ter perspectiva histórica e visão de futuro. A questão chave é o exercício da imaginação criativa e ativa, onde o cotidiano do mundo, do país e da comunidade penetre e fecunde as reflexões proporcionando uma integração entre a teoria e a realidade vivida. Trazendo o prazer da investigação, da surpresa e da descoberta para o âmago da pesquisa. É preciso transformar a realidade num enigma a ser desvendado, e para tal, se faz necessário acionar saberes perdidos ao longo do processo civilizador. Nesse ponto, nos filiamos à perspectiva indiciária resgatada pelo historiador italiano Ginzburg (1989) que centra o processo de investigação nos sinais e nos detalhes, tomados enquanto pistas e indícios na interpretação da

realidade social. Esta perspectiva remete ao exercício e valorização de outras sensibilidades, fora do paradigma hegemônico positivista ou neopositivista – racionalismo x irracionalismo, apontando para a inclusão das emoções, golpe de vista, intuição e criatividade no processo de produção do conhecimento. Propomos uma repetição no sentido Kierkegaardiano: recuperar o mesmo impulso na constelação atual, da relação entre natureza e cultura (ZiZek, 2005).

Partindo dessa premissa, percebemos como indício importante para a compreensão da sociedade brasileira, a identificação da violência simbólica e as diversas representações no imaginário social dos diversos tipos de discriminação: sexual, de gênero, racial, etc. Inclusive e principalmente as vividas e também as praticadas por todos nós. Partimos do pressuposto de que a atitude de identificar, discutir e reconhecer a contradição e o conflito constitutivo do humano aproxima afetivamente o pesquisador do seu objeto de estudo e possibilita o trabalho daquilo que nos afeta e pode permitir o reconhecimento do preconceito e discriminação, como primeiro passo para uma possível crítica e transformação, embora isso não seja garantia de mudança de atitude.

No caso do Brasil, não podemos abordar o tema das referências identitárias sem discutir o racismo em relação aos negros. Não só a partir da perspectiva histórica, mas também no plano afetivo ou do imaginário, e nesse sentido, a Teoria da Psicanálise é extremamente importante, principalmente a concepção lacaniana dos registros no plano do real (que é diferente de realidade), do simbólico e do imaginário (Lacan, 1998). Cabe ressaltar que esses registros se expressam em planos de análise que só se separam para efeito didático.

Nesta perspectiva, o racismo no Brasil pode ser focado a partir da dialética desses registros no plano de análise. No registro do real, impera a miscigenação étnica visível empiricamente. No registro da realidade, que é uma construção sócio-cultural elaborada a partir das fantasias que estruturam o real, podemos

identificar a prevalência da negação do racismo e o desconforto disfarçado em relação à mestiçagem étnica entre negros, índios e brancos, na formação da sociedade brasileira. Portanto, no plano do imaginário, constituído pelas fantasias que estruturam o real, impera a mistura por justaposição, que hierarquiza a ordem social, no caso do racismo, pelas permanências afetivas referentes à escravidão. Dessa forma, no Brasil, a mistura aparece na cor, entretanto no registro do imaginário que ordena os sentimentos e estrutura o real, o que comanda é a justaposição, a hierarquia que reforça o racismo, ou seja, lá na fantasia, o que comanda os desejos em relação ao sentimento racista, é a justaposição. Não há mistura, os preconceitos estão presentes e arraigados. No plano do simbólico, lugar da representação das fantasias, a justaposição hierárquica e autoritária aparece camuflada na aparência de mistura nas diversas formas de expressão estética e artística da realidade brasileira, ou seja, na literatura, na poesia, no cinema, na música, na pintura, na escultura e nas diversas mídias.

Diante do exposto, podemos inferir que, se a teoria da circularidade de Bakhtin (1987) e Ginzbrug (1987), destaca o processo pelo qual as idéias de culturas distintas circulam e se interpenetram de forma dialética, é preciso destacar também que no Brasil, por exemplo, esse processo de influência múltipla entre a cultura hegemônica e não hegemônica, provoca como efeito a justaposição hierárquica e autoritária das idéias/sentimentos no plano do imaginário social (Berlinck, 2000). Por isso entendemos que o racismo no Brasil não pode ser tratado e avaliado exclusivamente, plano do racional. O racismo é uma questão afetiva, diz respeito àquilo que nos afeta, que nos incomoda, que provoca uma insuportabilidade em relação ao gozo do outro (Zizek, 1996). Refere-se aos sentimentos mais íntimos, às fantasias de poder, por vezes inconscientes e expressos por meio de elaborações fantasiosas do imaginário social. Em nossa avaliação é mais correto falar em *sentimento* racista.

Ensaando uma reflexão indiciária a partir de celebridades como Pelé, Dayane dos Santos, Benedita da Silva, Machado de Assis, Albuíno Azeredo, Michael Jackson etc., que enquanto negros ocuparam ou ocupam cargos ou postos de destaque na vida social, percebemos que são branqueados dependendo da circunstância. Assim, ora aparecem mais negros ora mais brancos, dependendo das circunstâncias, ou seja, seu comportamento deve estar enquadrado dentro do padrão hierárquico e justaposto que constitui o imaginário social da sociedade onde estão inseridos. Cada macaco no seu galho. Vejamos, quando Pelé se confrontou com o então presidente da FIFA João Havelange, branco e de olhos azuis, este o colocou no “devido lugar” dentro da hierarquia justaposta que estrutura o imaginário social brasileiro. “Pelé eu vou lhe dar umas palmadas”, você não tem legitimidade para arbitrar nessa questão, ou de outra forma, coloque-se no seu lugar. Quando Michael Jackson se envolveu, ou foi envolvido, no escândalo de pedofilia, a imprensa e a opinião pública trataram-no como uma vítima da sua própria condição de origem, ou seja, o seu fim só poderia ser esse mesmo, ou então, é o preço por querer ser branco. Benedita da Silva foi tolerada, particularmente pelos setores mais conservadores, enquanto governadora do Rio, mas, quando se envolveu num escândalo, o racismo veio à tona de forma impiedosa, pelo sentimento expresso no ditado popular “preto quando não suja na entrada suja na saída”.

É claro que a análise desses casos merece uma interpretação sintomal do discurso mais detalhada, entretanto o que queremos apontar são as hierarquizações e justaposições dos sentimentos racistas implícitos no imaginário social e a insuportabilidade em relação ao gozo do outro, que se manifesta nos indícios ou sintomas revelando a contradição reprimida que não consegue permanecer latente por muito tempo. O reprimido sempre retorna em forma de um sintoma que se repete neuroticamente.

Outro exemplo que podemos elencar para colaborar com a hipótese de que a questão da discriminação ou do racismo deve ser tratada no plano dos sentimentos, que aparece e desaparece numa dialética volúvel e ambígua, é o caso dos esteticamente identificados como brancos que se tornam “negros” pelas circunstâncias, como Leila Diniz, Cássia Eller, Janis Joplin etc... Assim, vemos que pelo comportamento considerado inadequado pelas fantasias que estruturam a ordem social, no que dizem respeito ao comportamento feminino, as personagens citadas transgrediram a norma e foram tratadas como inadequadas, “fora do lugar”, numa hierarquia justaposta. Neste caso, a insuportabilidade em relação ao gozo delas, foi expressa pelo imaginário social por meio da rejeição que classificou e identificou suas imagens à rebeldia. Portanto, o sentimento preconceituoso ou racista não é apenas uma questão de cor, mas uma questão ideológico-afetiva. De um lado, essa identificação foi muito bem aproveitada pela mídia, porém, a intolerância social em relação às personagens foi cruel e variou de acordo com a conjuntura na qual se inscreveram.

Voltando ao ponto central de nossa discussão, o que é preciso destacar é que no plano do imaginário social brasileiro, ou seja, da fantasia, a condição de ser negro está marcada pela justaposição hierarquizada e autoritária como um legado negativo trazido da escravidão. A estética de dominação está posta! O negro se encontra destituído frente o olhar do branco, daí sua vulnerabilidade social que marca a diferença diante do outro concebido como superior. O efeito perverso desse fato é a produção de uma insuficiência imunológico-psíquica, que dificulta e na maioria das vezes impede uma reação afirmativa (Berlinck, 2002). Daí as tentativas de branqueamento, buscando aceitação e reconhecimento. Por isso alisar, clarear e esticar o cabelo, afinar o nariz, fazer cirurgia plástica, são ações reativas alicerçadas na fantasia que busca pertencimento à cultura dominante. Há neste gesto, uma insuportabilidade em não pertencer à cultura do branco e ao gozo que ela oferece. Entretanto, o vazio permanece reeditando a miséria neurótica. Por isso, é preciso reconhecer esse conflito de frente, como condição

para uma postura de fato democrática e que leve em consideração as contradições humanas.

A identidade é uma construção social e cultural, portanto histórica. E nesse sentido, é ingenuidade ou cinismo sustentar qualquer tipo de neutralidade político-afetiva. Daí nossa crítica à postura alicerçada numa neutralidade científica ou fundada no relativismo cultural, que ainda tem pautado a atitude dos antropólogos contemporâneos, marcada pela ausência de uma intervenção ética ou política face aos conflitos advindos do contato com a diversidade cultural, em nome de uma postura de tudo relativizar. Entender o outro na sua diferença não significa necessariamente incluí-lo afetivamente. É dessa inclusão que estamos falando, e para que ela ocorra de fato é preciso reconhecer as contradições dos nossos afetos e sentimentos etnocêntricos e racistas. O controle pregado pelos antropólogos é louvável, mas quase nunca exercido, pois para tal é necessário entrar em contato com as nossas contradições, que não estão no plano do racional, mas no plano afetivo e inconsciente. É preciso reconhecer nossa intolerância em relação ao outro e procurar um ponto de contato. Entretanto, esse ponto de contato e de diálogo deve implicar em posicionamento político por parte do antropólogo ou daquele que se disponha a dialogar. Posição política implica também em discordar de hábitos ou comportamentos culturais do outro. Nesse sentido eu posso entender na cultura árabe o lugar e a forma como as mulheres são tratadas, mas isso não implica, em nome do relativismo, concordar ou aceitar sem crítica à cultura do outro. O exercício científico não deve prescindir de postura política. Política e ciência não são incompatíveis, ao contrário, são duas faces da mesma moeda. Entendemos política como uma dimensão dos afetos, das emoções que constituem a *psique* humana. As experiências afetivas são partes constitutivas do processo de produção do conhecimento, não há neutralidade possível. Incluir nossos preconceitos e intolerâncias, bem como suas manifestações contraditórias é necessário nesse debate.

Falar em identidade é fazer referência a um processo tenso e conflituoso que envolve diferenças construídas ao longo da história e, que é tão diverso quanto a cultura humana, feita num caldeirão de diversidade que envolve vários olhares, gestos, gostos, cheiros, sabores, ressentimentos, raivas, ódios, desejos e frustrações. Portanto, é necessário destacar a relação entre as identidades, os direitos e cidadania. Sem uma identidade alicerçada na auto-estima e inclusão afetiva, não há possibilidade de cidadania. Estamos convencidos que só pode existir cidadania e garantia dos direitos quando as contradições humanas e os conflitos sociais forem reconhecidos e legitimados pela ciência. Essa é a condição para realização efetiva da solidariedade sem pieguice nem cinismo, mas numa atitude fraterna e amorosa.

Referências

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média*. São Paulo: Hicitec, 1987.

BERLINCK, Manoel Tosta. *Psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta, 2002.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Emoção e política*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque das civilizações e a mudança da ordem mundial*. Gradiva, 1996.

LACAN, Jaques. *O Seminário Livro 11 - os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LECHNER, Norbert. *Lãs sombras del mañana: la dimensión subjetiva de la política*. Santiago: Lon ediciones, 2002.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

RODRIGUES, M.B.F. *As identidades na sociedade contemporânea: reflexões indiciárias sobre o racismo brasileiro*. In: *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.30-44.

ROCHA, Eduardo. *O que é etnocentrismo*. Coleção primeiros passos. São Paulo: brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Márcia B. F. *Exclusão e imaginário político: reflexões acerca dos afetos nos processos de inclusão social*. In: *Exclusão Social e Identidades*. Vitória: Flor e Cultura, 2004.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Ed. Instituto Piaget, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros*. Zahar, 1993.

ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Às portas da revolução: seleção de textos de Lênin de fevereiro a outubro de 1917- V.I. Lênin, Slavoj Zizek*. São Paulo: Boitempo, 2005.